

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

SEMINÁRIO TEÓRICO COMPARATIVO

A PARTICIPAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS NAS ELEIÇÕES BURGUESAS

BLOCO V - BRASIL

Introdução:

O estudo sobre as experiências de participação nas eleições burguesas do PSTU deve considerar as distintas fases da vida do partido – a primeira fase, ainda na ilegalidade sob a ditadura militar; a segunda fase, período que estivemos dentro do PT; e o período que se abre com a ruptura com o PT e a legalização do partido.

Nossa primeira participação em uma eleição (1978) se deu ainda na Ditadura que, pelas suas características e situação (que não cabe discutir aqui) possibilitava esta participação, ainda que através do apoio a candidatos inscritos por um partido burguês, o MDB.

Neste caso nós chamamos a formar um pólo operário e socialista dentro do MDB, em base a um programa de luta contra a ditadura e que tivesse como uma de suas marcas fundamentais a defesa da independência dos trabalhadores (que se materializava na defesa da organização de uma central sindical e de um partido de classe, independente do governo e dos patrões), e na defesa da luta, da mobilização social como caminho para mudar as condições de vida do povo.

Depois participamos das eleições – de 1982 a 1992 – por dentro do PT, com políticas que variaram de conjuntura para conjuntura. Em 1982 nosso centro era a construção do Alicerce da Juventude Revolucionária; em 1989 ela Lula Presidente contra todos os patrões.

Nestas duas fases, por obvio, a realidade impunha dificuldades para a plena expressão do partido, criando dificuldade para que ele pudesse levar diretamente ao movimento de massas as suas políticas e o seu programa. A partir de 1994 o partido se legaliza e desde então participa das eleições de forma independente

Abaixo fazemos uma breve cronologia de nossa participação nas eleições:

- nas eleições de **1978**, não tínhamos legalidade e estávamos sob a ditadura militar. Participamos das eleições impulsionando um Pólo Operário e socialista dentro do MDB e apoiamos os candidatos que se comprometeram com o programa deste Pólo. Um deles, Benedito Marcilio, então presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André foi eleito deputado federal;
- nas eleições de **1982** participamos das eleições já dentro do PT. Nestas eleições elegemos dois vereadores: Gradella em São José dos Campos e Clovis, em Campinas (Clovis foi expulso do partido já no primeiro mês de mandato, porque decidiu ficar para si, com o salário e verbas de gabinete) ;
- nas eleições de **1986** também participamos por dentro do PT. Foram as eleições para Constituinte. O companheiro Gradella ficou muito bem colocado como suplente de deputado, acabando por assumir o mandato no meio da legislatura.
- nas eleições de **1988**, também por dentro do PT, reelegemos Gradella vereador (o mandato iniciado em 82 durou até 88 por lei do governo Figueiredo) e elegemos mais 6 vereadores (Paulo Moura/Contagem, Guilherme/Rio, Alvarenga/Porto Alegre, Paulo Rigo/Passo Fundo, Romildo/Diadema e Babá/Belem). Elegemos também o Prefeito de Timóteo/MG;
- nas eleições de **1989** também participamos por dentro do PT, foram eleições presidenciais;
- nas eleições de **1990** participamos ainda pelo PT. Nestas eleições elegemos Gradella deputado federal e o companheiro Cyro ficou bem colocado como suplente, tendo depois assumido por uns dez meses, no final da legislatura;
- nas eleições de **1992**, já estávamos em processo de ruptura (expulsão do PT) mas ainda participamos das eleições com a legenda do PT, mas fazendo campanha como frente revolucionária. Nestas eleições reelegemos o companheiro Guilherme vereador no Rio;
- nas eleições presidenciais de **1994** já participamos como PSTU, chamamos o voto na candidatura do PT e lançamos nossas candidaturas a deputado e ao senado;
- nas eleições de **1996** nossa política foi de candidatura própria em praticamente todos os lugares (era eleição municipal);
- nas eleições de **1998** lançamos candidatura própria para presidência da república, candidatos a governador, deputados e senadores em vários estados. Mesmo definindo a política de lançar candidatura própria utilizamos a tática de fazer o chamado ao PT para a constituição de uma Frente Classista e dos Trabalhadores;
- em **2000** nossa política também foi a de termos candidaturas próprias. Elegemos dois vereadores (Fabinho em /CE e Huender em Monte Carmelo/MG, sendo que nestes dois municípios estávamos coligados com o PT);
- em **2002** lançamos candidatura própria a presidência da república (também utilizamos aqui a tática do chamado ao PT para constituição de uma Frente Classista. Lançamos ainda candidatos a governador, deputado e senador em vários estados;
- em **2004** nossa política também foi de candidaturas próprias;
- em **2006** fizemos uma frente eleitoral com o PSOL, com Heloisa Helena candidata à presidência da república e coligação com o PSOL também na maioria dos estados do país;
- em **2008** tivemos como política central a realização de frente de esquerda com PSOL e PCB, sendo que em muitos municípios não foi possível concretizar a frente porque não houve acordo com o PSOL em torno aos critérios que definimos como necessários para a frente;

- em **2010** lançamos candidatura própria à presidência da república e candidatos a governador, deputado e senador em vários estados;

- em **2012** a política foi de lançar candidaturas próprias;

- em **2014** nossa política foi de lançar candidatura própria à presidência da república e a decisão para as candidaturas nos estados a ser tomada em cada estado (coligamos em vários e lançamos candidatura própria em outros).

A) IMPORTANCIA DE PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES (quando fazê-lo e quando não)

1978 – (Convergência Socialista) “A campanha eleitoral”

Para que deve intervir um movimento como o nosso na campanha eleitoral?

A grande socialista que foi Rosa Luxemburgo definiu há muitos anos as razões da intervenção dos socialistas nas eleições: "o verdadeiro objetivo da nossa intervenção nas eleições parlamentares, é possibilitar-nos a extensão da educação socialista...", em outra de suas obras insiste em que tanto a atividade parlamentar como a sindical são muito importantes para convencer os operários de que, sozinhas, não servem para nada: "como resultado de suas lutas parlamentares e sindicais o proletariado chega a convencer-se da impossibilidade de realizar uma mudança social fundamental através de tais atividades".

A propaganda de um movimento como o nosso nas eleições tem **três objetivos**, que se sintetizam num só: desenvolver e fortalecer nosso movimento.

O primeiro objetivo é desmascarar e denunciar o regime, neste caso, o regime semi-colonial e capitalista que oprime o país e explora os trabalhadores. **O segundo**, é demonstrar aos trabalhadores que a solução dos seus problemas, está nas suas mobilizações e não na possível atividade parlamentar ou eleitoral. **O terceiro**, é demonstrar a necessidade do socialismo.

Estes três objetivos se sintetizam num só: as eleições devem ser utilizadas para fortalecer nosso movimento, abrindo-lhe um caminho muito mais amplo de contato com as massas e sua vanguarda. Tudo o que leva a um fortalecimento do nosso movimento em extensão e integração dos melhores lutadores da classe operária e dos setores oprimidos, é um passo adiante no desenvolvimento da nossa luta pelo socialismo já que a falta de um partido autenticamente dos trabalhadores é a maior trava que tem as massas do mundo inteiro na luta por sua libertação.

Este objetivo supremo, fortalecer nosso movimento, abrindo-nos um canal muito mais amplo de contato com as massas, não deve ser esquecido um minuto. Isto significa que nosso objetivo principal não é obter uma grande quantidade de votos, mas educar as massas, a vanguarda. Daí que algumas táticas, embora nos ajudem a obter milhares de votos a mais, podem não ser adequadas se não ajudarem a estender e fortalecer nossa influencia que se medirá na ampliação da esfera de membros, simpatizantes, núcleos, jornais vendidos, etc. do nosso movimento.

2006 – “Documento eleitoral”

Para colocar a campanha nas ruas, é preciso enfrentar as pressões ultra-esquerdistas e sindicalistas

(...)

No entanto, para fazer isto, existe uma condição fundamental: que o **Partido** faça campanha eleitoral. E para isto, é necessário encarar as pressões contrárias que existem no **Partido** e na vanguarda, por parte de toda uma série de companheiros que opinam que fazer campanha eleitoral, é **oportunismo**. Outros acham que é até correto fazer campanha eleitoral, mas como algo secundário, que se pode fazer quando não existirem outras

atividades sindicais. Além de ativistas honestos que pensam desta forma, existem grupos anarquistas e da ultra que já estão fazendo campanha contra nós, ora pelo voto nulo, ora conta a **Frente de Esquerda**.

25- Nós queremos encarar este tema de frente, porque isso pode nos levar a perder uma parte importante do trem da reorganização, a cometer um erro gravíssimo na luta pela direção do movimento e na construção do **Partido**. Caso não enfrentemos esta polêmica a campanha não arrancará. Neste momento este é o nosso principal problema. Depois, quando a campanha estiver nas ruas, vamos enfrentar também as pressões oportunistas, que vão querer levar o **Partido**, a unicamente buscar votos e tentar eleger nossos candidatos. Mas agora, o problema inicial é colocar o **Partido** em movimento e para isto, é necessário enfrentar o desvio ultra-esquerdista.

Já discutimos em nosso Documento Eleitoral para a Conferência, que os revolucionários tem a obrigação de participar das eleições quando as massas participam. Esta foi a postura do partido revolucionário que tomou o poder e se tornou referência histórica de luta para o movimento operário, os bolcheviques. E fez isso em uma lua aberta contra o oportunismo, mas contra também as posturas ultra-esquerdistas.

É fundamental que o nosso **Partido** incorpore com clareza esta definição: **não se pode combater o oportunismo do PT e do PSOL com uma postura ultra-esquerdista**. Aceitar esse tipo de pressão da vanguarda (e de setores de nosso **Partido**) é fazer o jogo do PT (que quer manter seu peso no movimento de massas) e do PSOL (que quer ocupar o espaço a esquerda da **Frente Popular**), que caminharão livres.

Os revolucionários nunca entenderam que é preciso combater unicamente o oportunismo, e que o ultra-esquerdismo era "um mal menor". **Ambos, o oportunismo e ultra-esquerdismo, destroem o partido**. É preciso discutir pacientemente, mas com clareza, com a vanguarda que está contra a participação nas eleições. Caso capitulemos a esta postura de ultra-esquerda, estaremos facilitando a vida para o PT e o PSOL.

26- **Engels**, dizia que: *"Com a agitação eleitoral, conseguimos um meio único para entrar em contacto com as massas do povo, ali onde estão mais longes de nós, para obrigar a todos os partidos a defender perante o povo, frente a nossos ataques, suas idéias e seus atos e, além disso, abre a nossos representantes no parlamento uma tribuna desde o alto da qual podem falar a seus adversários na câmara e às massas fora dela, com uma liberdade muito diferente das que temos na imprensa e nos atos."*

Traduzindo isto para a realidade atual, a campanha eleitoral nos dá a oportunidade de disputar com o PT as massas de trabalhadores, que em sua maioria ainda vão votar em Lula, e com o PSOL o espaço à esquerda na reorganização sindical-política com a construção da **CONLUTAS**. Agora podemos avançar também no plano político-partidário, utilizando um terreno que não é o nosso, das eleições burguesas, para buscar ganhar para o **Partido** uma parte importante da vanguarda e aproximar um setor de massas. Esse ganho político pode ter uma enorme importância para as lutas diretas que virão no futuro.

E vamos poder fazê-lo nos próximos dois meses, em condições que não temos no cotidiano, por existirem as eleições (em que se debatem as propostas políticas e o poder), por estarmos em uma **Frente** (que tem uma candidata a presidente com cerca de 13% dos votos, nas capitais), por podermos usar a TV (e não somente nossos panfletos). Deixar de lado essa oportunidade é um crime contra nossa construção.

As campanhas eleitorais e o trabalho parlamentar podem ser pontos de apoio secundários, mas importantes para a estratégia revolucionária das lutas diretas. **Lenin**, o principal dirigente dos bolcheviques não só combateu duramente o ultra-esquerdismo como esteve à frente das principais campanhas eleitorais do partido. Um dos maiores exemplos foi o da campanha eleitoral de 1912 e a participação posterior no parlamento com seis deputados bolcheviques. **Trotski**, avalia que este período de disputa parlamentar de 1912-14, foi fundamental para estabelecer uma relação política sólida dos bolcheviques com os operários, na disputa com os mencheviques. E que se uma situação revolucionária tivesse surgido em 1914, antes da primeira guerra mundial (que provocou um retrocesso geral no movimento de massas), os bolcheviques poderiam ter tomado o poder diretamente, sem que o país tivesse que passar pelo governo de **Frente Popular**. Mesmo com todo o retrocesso ocorrido, o capital acumulado pelos bolcheviques com o trabalho parlamentar foi fundamental para seu crescimento rápido na revolução que se abriu em 1917.

27- Aqui no Brasil, nós vivemos uma disputa direta com o PT no governo de **Frente Popular**. Temos uma oportunidade clara de enfrentar este governo com a candidatura de Heloisa, que nos facilita muito o diálogo com os trabalhadores por ser mais ampla. E vivemos também uma disputa direta com o PSOL pela direção do processo de recomposição. A campanha eleitoral é parte fundamental deste enfrentamento.

E se nós nos fortalecermos também neste terreno, poderemos encarar com muito maior peso os duros enfrentamentos que virão nas lutas diretas contra o futuro governo, que podem levar a uma situação revolucionária. O trabalho parlamentar de 1912-14, foi fundamental para o partido bolchevique encarar a

revolução de 1917. Uma boa resposta nossa agora pode nos colocar na dianteira do processo de reorganização, perante um novo governo no qual pode eclodir uma situação revolucionária.

B) ESTRATÉGIAS ELEITORAIS (Objetivo central da participação nas eleições)

2000 - "Documento Eleitoral"

Estratégia: Por que e com que objetivos participamos das eleições

8-Reafirmamos aqui - como já fizemos em inúmeros outros documentos dessa natureza - os princípios, estratégia e critérios com que disputamos as eleições burguesas.

Reivindicamos e observamos nesse terreno, estritamente, os critérios estipulados pela III Internacional; *"Toda luta de classes é uma luta política, pois ela é, afinal de contas, uma luta pelo poder. (...) O método fundamental da luta do proletariado contra a burguesia, isto é, contra seu poder governamental, é antes de tudo o das ações de massa. (...) Nessa luta de massa, chamada a se transformar em guerra civil, o partido dirigente do proletariado deve, em regra geral, fortificar todas as suas posições legais, fazendo delas pontos de apoio secundários de sua ação revolucionária e subordinando-os ao plano da campanha principal, ou seja, a luta das massas;*

A tribuna do Parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários. Não se pode invocar contra a ação parlamentar a natureza burguesa da instituição mesma. (...) Esta ação parlamentar, que consiste sobretudo em usar a tribuna parlamentar para fins de agitação revolucionária, (...) deve estar totalmente subordinada aos objetivos e às tarefas da luta extraparlamentar das massas. (...)

A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas a partir de palavras de ordem da revolução proletária. (...)"

9-Nós participamos das eleições levando adiante as duas estratégias permanentes do partido revolucionário, a busca permanente da mobilização das massas e a construção do partido. E, para tanto, nossa intervenção eleitoral deve desenvolver uma denúncia implacável do governo, do regime e do sistema capitalista, da recolonização imperialista do Brasil e divulgar nosso programa. Os critérios revolucionários da III Internacional, são uma demarcação contra o oportunismo e o sectarismo.

10-O sectarismo consiste em não levar em conta a consciência das massas, não estender uma ponte que permita dialogar com as mesmas e, portanto, incidir sobre as mesmas a partir de nosso programa, das nossas posições revolucionárias. No terreno eleitoral isso pode se manifestar tanto num cretinismo anti-parlamentar, ou seja, na recusa em fazer uma campanha eleitoral forte - invocando a natureza burguesa das eleições - ou mesmo em não saber. - a partir de uma denúncia brutal do governo, se delimitar dos reformistas/oposicionistas com exigências e denúncias, levando em conta, portanto, as ilusões das massas.

11- O oportunismo, por sua vez, consiste também numa inversão dos critérios da III Internacional. Para o Oportunista, o objetivo central da campanha e o critério fundamental pelo que o mesmo se move é a busca de votos, é a eleição de parlamentares. A partir disso, a construção do partido revolucionário é secundarizada e, se levado ao extremo, tal critério levará também à capitulação política, ao rebaixamento do programa. O oportunista, em geral, só leva em conta a consciência (sempre atrasada) das massas e deixa de lado as necessidades que condicionam as tarefas de uma ação revolucionária, deixam de lado as tarefas necessárias para a derrota da burguesia e do capitalismo e, portanto, abandonam o programa revolucionário e se adaptam à consciência das massas, que me geral é burguesa ou reformista."

2002 - "Documento Político e Atividades"

(...)

12- Vamos participar da campanha com o objetivo central de construir o partido e levando em conta os critérios revolucionários da III Internacional, como sempre. Ou seja, nosso centro, nosso principal objetivo ao disputar as eleições é - como indicava Lenin e a III Internacional - divulgar o programa revolucionário e construir o partido. Não nos guiamos por objetivos eleitorais, como centralmente faz o reformismo e o centrismo, que, depois, para atingir tal objetivo (conseguir muitos votos e eleger parlamentares) abandonam o programa ou o que não dá voto, quando não abandonam os princípios completamente. Vamos também participar dando um combate ao governo, ao regime, ao modelo e sistema, afirmando um programa anti-imperialista e anti-capitalista e também combatendo frontalmente a Frente Popular e seu projeto, polemizando abertamente com eles, através da tática de exigências e denúncias.

(...)"

2006 - "Documento Eleitoral"

Introdução

(...)

Em terceiro lugar, temos uma frente eleitoral com o PSOL-PCB, em que teremos que utilizar a tática de unidade-enfrentamento. Faremos uma frente com o PSOL ao redor da candidatura de Heloisa Helena contra a Frente Popular. E teremos também uma disputa forte com o PSOL pela construção de nosso **Partido** na vanguarda e outra disputa pelo voto entre as massas. Vamos disputar com o PSOL a direção deste processo de reorganização como um todo, construindo a **CONLUTAS** e o **PSTU** e aproximando a vanguarda nesta campanha eleitoral.

(...)

IV - Os nossos objetivos nas eleições: construir o PSTU e a CONLUTAS

18 - a discussão sobre nossos objetivos nas eleições não é secundária ou formal. Os objetivos dos revolucionários nas eleições em geral, são: **impulsionar as lutas diretas, divulgar nosso programa revolucionário e fortalecer o partido.**

Nós guiamos nossa participação nas eleições em base aos critérios clássicos do marxismo revolucionário, sintetizados pela **III Internacional**:

"14º A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas a partir das palavras de ordem da revolução proletária." (Teses da III Internacional, Resoluções 2º Congresso, o Partido Comunista e o parlamentarismo).

Como somos parte de uma Frente, que pode e deve eleger alguns parlamentares, é inevitável que haja uma enorme pressão eleitoral sobre o partido. Mas o nosso objetivo principal nas eleições não é a eleição de parlamentares. Se o partido sucumbir a esta pressão eleitoral, é quase inevitável que, mesmo depois de uma campanha vitoriosa, ao não eleger nenhum parlamentar (a hipótese mais provável), um clima de velório tome todo o partido.

(...)

E isso significa muito. O PSOL vai fazer um balanço dessa campanha ao redor de quantos deputados elegeu e nós, essencialmente, ao redor de quantos ativistas, quantos dirigentes do movimento captamos.

19- Isso não pode ser entendido como ignorar a importância de lutar pelo voto e da eleição de parlamentares. Seria uma visão sectária, quase como dizer que "**é até correto participar de eleições, mas não vamos lutar pelo voto**". Ou ainda, "**não é importante eleger parlamentares**". São duas afirmações erradas. O voto é uma expressão de apoio político a nosso partido por parte de um trabalhador ou um jovem, e por isso, um de nossos objetivos nesta eleição é conseguir uma boa votação para nossos candidatos."

(...)

Engels, dizia que o movimento operário podia transformar o engano que é o voto em uma arma afiada. **Lenin**, afirmava que era possível aferir a base que contava um partido operário, através de seus votos. **Trotsky**, também seguidamente se referia à votação dos partidos comunistas como uma forma de medir o peso

que tinham entre os trabalhadores. **Moreno**, na direção do PST e do MAS argentino **tinha a metodologia de planificar a luta pelo voto nas campanhas eleitorais.**”

2010 - "Proposta de Documento Eleitoral"

“3- Para que os revolucionários participam das eleições

A **III Internacional** definiu que o trabalho parlamentar era um ponto de apoio secundário para a ação do partido, que deve estar centrada movimento direto das massas.

É importante buscar este ponto de apoio, para poder dialogar com as massas. Nesse sentido, a **III Internacional**, se chocava com todos os grupos sectários e ultra-esquerdistas, que subestimavam a importância do trabalho parlamentar. Mas sua definição da atividade parlamentar como secundária separava água com todos os partidos reformistas que colocam nesta atividade parlamentar o centro de suas atividades.

Moreno, em um texto de 1972, dizia que os objetivos da propaganda revolucionária nas eleições são:

- desmascarar e denunciar o regime;
- demonstrar para a classe operária que a solução de seus problemas vem da mobilização direta e não da atividade parlamentar;
- demonstrar a necessidade da revolução.

A educação do proletariado e a construção do partido são os objetivos dos revolucionários nas eleições. E, se quisermos sintetizar em um só objetivo, segundo **Moreno**, podemos fazê-lo: "as eleições devem servir para fortalecer o partido, abrindo-lhe um caminho muito mais amplo de contato com o movimento de massas e sua vanguarda. "Isto significa que nosso objetivo não é obter uma grande quantidade de votos, mas educar as massas, a vanguarda, e por este meio fortalecer o partido. Daí que algumas táticas e medidas organizativas que poderiam nos levar a conseguir alguns milhares de votos a mais podem não ser adequado se não vão no sentido de fortalecer a influência do partido, que se medirá na ampliação de sua esfera de militantes e simpatizantes, na quantidade de jornais vendidos, etc." (Documento PST, 1972)

4- Os objetivos concretos da campanha no Brasil

A tradução desses objetivos nas eleições de 2010 no Brasil poderiam se sintetizar no aproveitamento dos efeitos da crise econômica para:

- localizar o partido como oposição de esquerda ao governo Lula, com toda uma campanha de exigências e denúncias. O centro programático de nossa campanha deve ser apresentar uma alternativa anticapitalista para a crise econômica, oposta à de Lula e da oposição de direita;
- avançar em nosso plano de proletarianização;
- estimular e apoiar as lutas dos trabalhadores contra a crise. Pensemos o que poderíamos fazer com o programa de TV, em uma campanha com a da Embraer;
- apoiar os processos de reorganização com a **CONLUTAS** e **ANEL**, assim como o processo de reunificação, caso ocorra. A TV pode ser um instrumento auxiliar de importância na divulgação das iniciativas dessas novas entidades contra a crise, assim como na polêmica com a CUT e a UNE;
- temos que ver como buscar planos especiais também para a Juventude, pela importância da **ANEL**, com candidatos para deputados e campanhas especiais;
- denunciar o regime democrático burguês;
- denunciar a crise capitalista internacional, e defender o socialismo como alternativa;
- apresentar o **PSTU** como alternativa socialista revolucionária. Disputar o espaço de oposição de esquerda com o **PSOL** e aplicar um plano de construção durante as eleições.”

C) O PAPEL DO PROGRAMA E COMO APRESENTÁ-LO

1982 – “Resolução Eleitoral”

Por outro lado devemos ter claro que hoje o PT já é um partido centralizado, com um programa reformista de colaboração de classes. A direção do PT vai manter a campanha eleitoral sobre o seu estrito controle, sob esse programa, com a plataforma aprovada em 28 de março, **que é a plataforma do PT**. Nós não podemos nos opor a esse fato da realidade, com afirmações do tipo: **"Esse programa não serve, é social-democrata, é reformista, defendemos o nosso."** Isto por duas razões: a) Estaremos mentindo às massas se disséssemos que o PT defende o governo dos trabalhadores, o não pagamento da dívida externa, CUT em 82, etc. porque estes pontos não fazem parte do programa do PT, são do nosso programa, da CS. Estaríamos dando uma falsa visão do PT às massas; b) o entrismo significa aceitar a disciplina do partido em que estamos, não fazê-lo significa questionar a própria tática do entrismo. Os companheiros que o defendem devem questionar claro se vale à pena ficar no PT, sendo que o PT tem tal plataforma.

Assim nossos candidatos terão que aceitar a plataforma eleitoral. Todas as nossas críticas e a nossa visão sobre o programa necessário passarão pelo jornal. Evidentemente não sairemos à defender os pontos do programa como: "Pagamento da dívida externa", que colocam claramente a colaboração de classe. Defendemos os pontos do programa que fazem parte do nosso programa. E não lançaremos pelos candidatos, as que não constarem na plataforma, como Governo dos Trabalhadores; as colocaremos através do nosso jornal.

1994 – “Resolução sobre Tática Eleitoral”

(...)

4) uma vez definida e esclarecidas as pré-condições para um acordo eleitoral com a direção do PT (voto em Lula, o PSTU não assina o programa de Lula, o PSTU tem completa liberdade política, organizativa e de ação), bem como listas em comum com o PCdoB para as eleições nos estados onde o PT lance candidatos a governador, teremos que marcar esta discussão com as direções do PT (e do PCdoB) a nível nacional, bem como estaduais, para sabermos o posicionamento deles em relação ao tema, e quais são as condições que eles poderão exigir. Já dissemos e é importante repetir, que o desfecho destas negociações tem que passar pela direção do PSTU.

É importante assinalar também que para nós é uma questão de princípios denunciar o caráter de classes burgueses da Frente Popular, que hoje se está estruturando ao redor da candidatura Lula, rumo a um governo de Frente Popular, ou seja, de colaboração de classes. Hoje isto é bastante nítido, seja pela presença do PSB na candidatura Lula, seja pelo esboço de Programa de Lula divulgado pela imprensa. Neste sentido, estamos atrasados na denúncia e na polêmica em torno ao caráter de classe do PSB, bem como em relação à polêmica contra o Programa de Lula, ou no que se refere às candidaturas estaduais burguesas que o PT pretende apoiar. Devemos ter claro que isto é apenas o começo, e que os jantares e palestras de Lula com os empresários nacionais e das multinacionais, tem um objetivo estratégico: tornar ainda maior e mais poderosa a colaboração de classes de um futuro governo Lula. Isto se tornará ainda mais visível no período entre o 1º e 2º turno, onde a candidatura Lula fará o possível e o impossível, para obter o apoio de outros setores burgueses derrotados no 1º turno, tal qual foi em 89, para garantir a "governabilidade" do futuro governo.

Assim, a questão do PSB é tão somente a ponta do iceberg; mais e mais burgueses tenderão a fazer acordos com o PT e aderir ao seu governo. Com certeza todo o panorama se modificará logo após o 1º turno, com os senadores e deputados já eleitos, e com um rearranjo total das coligações a nível do 2º turno para as eleições de governadores e presidente.

2000 / 2001- “LANÇAR A CAMPANHA EM TORNO DA TÁTICA DE FRENTE CLASSISTA PARA COMBATER A FRENTE POPULAR”

“VI - A batalha pelo programa é central

1 Junto com a Independência de classe, damos uma importância fundamental à discussão do programa desta frente. A discussão do programa tem uma importância fundamental para o desmascaramento do caráter de colaboração de classes e pró-regime desta frente e também porque é necessário que o movimento derrote FHC e

o projeto do FMI, ou seja, o modelo e projeto de recolonização imperialista que está sendo levado a cabo no país. É necessário um programa anti-imperialista e anticapitalista perante a crise e, no entanto, a Frente Popular apresentará um programa inteiramente burguês, nos limites do sistema, do regime e também nos limites do projeto de recolonização imperialista.

2. Como dizia Trotsky na França, antes de mais nada vem o programa. Ele criticava o jornal do grupo Trotskysta que levantava um conjunto de palavras de ordem anárquicas e não apresentava um programa oposto ao da Frente Popular. Da mesma forma, Trotsky colocava em primeiro plano, a questão do programa na Espanha, ao ponto de romper como POUM, quando este subscreveu o programa do Bloco Eleitoral de Esquerda: *”Os jornais nos informam que na Espanha o conjunto dos partidos de “esquerda”, tanto burgueses como operários, constituíram um bloco eleitoral sobre a base de um programa comum, que, por suposto, não se distingue em nada do programa da 'Frente Popular' francesa nem de todos os demais programas charlatanescos do mesmo gênero. (...) Enfim, a política externa da Espanha deverá seguir "os princípios e os métodos da sociedade das Nações". E o que mais?*

Assinaram debaixo deste documento vergonhoso, os representantes dos dois grandes partidos burgueses de esquerda, o partido socialista, a UGT, o partido comunista (evidentemente!), a Juventude socialista - desgraçadamente! - o 'partido sindicalista' (Pestana) e finalmente o 'Partido Operário de Unificação Marxista' (Juan Andrade). A maioria destes partidos se encontraram à cabeça da revolução espanhola e fizeram tudo que puderam para traí-la e esgotá-la. A novidade consiste na assinatura do partido de Maurín-Nin-Andrade. Os antigos “comunistas de esquerda” se converteram simplesmente, na rabeira da burguesia de “esquerda”. E difícil imaginar queda mais humilhante.

3. A aliança com a burguesia e o programa burguês e pró-imperialista que o PT está defendendo hoje, é indissociável da sua política atual - antes de ser governo - tanto de manutenção do calendário eleitoral como de aplicação da LRF e medidas contra os trabalhadores nas prefeituras e governos, como também de sua disposição de aprovar um conjunto de medidas como a prorrogação da CPMF e outras que dão sustentação de governabilidade a FHC e à aplicação do projeto do **FMI**.

2006 – “Resolução sobre Tática Eleitoral”

“(…)

1) A hipótese considerada como improvável de frente com PSOL e PCB, se concretizou nas seguintes bases:

a) Programa e concepção de campanha:

Na discussão houve três avanços importantes. O primeiro foi a questão da ruptura *com* o imperialismo e a incorporação do programa do Jubileu contra o pagamento das dívidas externa e interna. Este tema foi incorporado ao documento que o PSOL levou para o documento de seu diretório nacional. Era parte de uma polêmica interna no PSOL, com todo um setor importante de sua direção defendendo a renegociação da dívida.

O segundo avanço foi rejeitar a questão da revolução democrática, que é, na verdade, o eixo do programa definido pelo diretório do PSOL.

Não podemos ter nenhuma ilusão de que a direção do PSOL esteja realmente de acordo conosco, nem sobre a ruptura com o imperialismo, nem sobre a "revolução democrática". Mas a definição comum de um programa nos dá a possibilidade de ter um programa para a Frente, e para dar a batalha contra eles quando defenderem outra coisa.

(…)

- Mas é preciso clarificar algumas questões. A primeira é se esta proposta de frente está de acordo com as resoluções da conferência do partido. Opinamos que sim, por cumprir as três condições definidas na conferência.

Em primeiro lugar, existe uma base programática definida aceitável, da qual foi retirada a concepção reformista democratizante do PSOL e a capitulação ao imperialismo.

Não podemos hipervalorizar este tema, porque, como dissemos, a direção do PSOL segue acreditando nas mesmas posições e vão apresentar suas posições para a mídia, pelas candidaturas, independentemente do programa comum definido peia frente.

Mas, para nós, este programa "comum" tem uma dupla importância. Em primeiro lugar, ao contrário dos partidos reformistas, nós damos importância aos programas definidos. Nós não poderíamos ter uma frente, caso não houvesse

este programa comum. Em segundo lugar, este programa comum será o nosso ponto de apoio para a luta política com o PSOL-PCB durante a campanha.”

2006 – “Documento Eleitoral 2006”

"34. Vamos ter uma frente eleitoral que terá candidatos comuns à presidência e aos governos e senado nos estados. Ao mesmo tempo vamos fazer uma campanha diferenciada, programática, politicamente e, pelo vínculo, às lutas e à Conlutas. Fazer uma campanha assim não nos será fácil.

Não será fácil em primeiro lugar, porque teremos que defender os candidatos majoritários comuns da frente de esquerda, que serão nossos candidatos. Isto que seria mais ou menos lógico, não será simples. Haverá toda uma parcela do partido que vai tender a, em primeiro lugar, se diferenciar de Heloísa, ao invés de utilizar seu nome para abrir o diálogo com um setor importante de vanguarda e de massas que a apoia (ao redor dos 10% que falamos).

Não será fácil, por outro lado, porque vai haver uma pressão, da própria vanguarda, para que não nos diferenciemos, porque "é preciso manter a unidade", "o importante é ganhar votos", etc. **No entanto, nós estamos ao mesmo tempo em uma frente e em uma disputa mortal.** Trata-se de uma disputa pela liderança da recomposição do movimento, e uma disputa também eleitoral."

"38. É fundamental que estimulemos o debate programático na vanguarda que apoia a Frente de Esquerda, assinado pelo PSTU, assim como pelo PSOL e PCB, que é uma base aceitável para a campanha, apesar de não incluir o conjunto de nosso programa. Aponta a ruptura com o imperialismo, a suspensão do pagamento da dívida, a luta contra as reformas, etc.

Este é um programa, no entanto, que não vai ser seguido por Heloísa Helena e nem pelo PSOL. Eles vão cada vez mais à direita na campanha, pressionados pela disputa do voto. O vice César Benjamin já defendeu, com apoio de Heloísa, o "desenvolvimento sustentado" (ou seja, um desenvolvimento capitalista, apoiado no mercado interno), sem ruptura com o imperialismo. Heloísa é contra o aborto, e já reduz a polêmica sobre a política econômica à queda nos juros, deixando de lado a suspensão dos pagamentos da dívida. César já se manifestou contra as cotas para os negros. Mas com isso, vão abrir um flanco enorme na vanguarda, que está, em sua maioria, a favor de nossas posições.

Nós devemos tomar a defesa do Manifesto, como um programa "comum" da Frente, como um instrumento para o debate com todos os ativistas, contra as posições de Heloísa, César e das correntes à direita do PSOL. Devemos estimular, com uma postura fraternal e paciente, os debates programáticos entre os ativistas da frente. Iniciativas como Seminários Programáticos, debates nas universidades, em sindicatos ou mesmo em nossas sedes, sempre convidando as correntes e grupos do PSOL, assim como ativistas de base, muito importantes para a difusão desta discussão.

Definimos seis eixos estratégicos que vamos debater durante toda a campanha, que são fundamentais na discussão com o PSOL. O primeiro é se a estratégia é a aliança com setores da burguesia ou o classismo. O segundo é socialismo ou democracia burguesa. O terceiro é ruptura com o imperialismo ou o "desenvolvimento sustentado" por dentro do capitalismo. O quarto é destruição do estado burguês ou a "reforma por dentro" já tentada pelo PT. O quinto é a questão CONLUTAS x CUT. O sexto é o debate partido revolucionário ou reformista-eleitoral. Todos estes temas serão tratados com uma forma fraternal, mas explícita, em nosso jornal."

D) O CRITÉRIO PARA ESCOLHER OS CANDIDATOS

2002 - "Documento Político - Atividades"

“Escolha de candidatos majoritários e proporcionais

1) É hora de escolher os pré-candidatos majoritários e também os proporcionais em todos os estados, além das candidaturas "laranja".

(...)

3) Devemos ainda, como sempre, buscar que nossas chapas - se possível majoritárias - mas também ter candidatos proporcionais mulheres, negros e gays e lésbicas. Isso é importante, tanto porque a luta pelo fim da opressão é parte da luta pelo socialismo e a defesa destes setores é parte de nosso programa e perfil, como também porque ao ter candidatos que expressem o trabalho do partido em todos esses setores, ajuda a nos construirmos aí. Vide a importância e o sucesso que teve nossas oficinas de mulheres e negros no Fórum e o espaço que existiu para nosso combate de classe.”

2006 - " Resolução sobre Tática Eleitoral"

“(...)

10- É muito importante que tenhamos candidatos dentro dos critérios da **III Internacional**, com quadros provados no partido. Isso tem a ver com uma autocrítica das eleições passadas em que permitimos candidaturas que depois se venderam à burguesia. como em Mauá (ABC paulista). Nestas eleições teremos pressões muito maiores, por ser no marco de uma Frente e por haver maiores possibilidades eleitorais. Por estes motivos, deveremos ter poucos candidatos a deputados, e não muitos como tivemos no passado. E todos os candidatos deverão ser submetidos à aprovação do CE do partido.

É preciso também levar em consideração a situação do partido na definição de nossa tática nos estados. É possível ter candidatos majoritários em todos os estados que tenham tempo de TV (governador e senador), seja como parte da Frente, seja como candidaturas próprias, mantendo-se a Frente nacional. Para todas estas definições, é importante levar em consideração, não só os possíveis acordos com o PSOL e PCB, mas a situação subjetiva de nosso partido, se temos condições na regional de bancar candidaturas majoritárias, ou seria melhor centrar nas candidaturas a deputados, fazendo-se a Frente, também nos estados.”

2008 - "Minuta Eleitoral de 2008"

(...)

2.1) Quem são os companheiros(as) que devem ser nossos candidatos(as)

Outra face importante de nosso debate preparatório para as eleições deste ano são as definições de nossos candidatos. Como serão eleições municipais é natural que teremos mais candidatos do que nas eleições de 2006.

É neste momento que será muito importante sermos firmes, principalmente se levarmos em conta os erros do passado, na aplicação dos critérios dos primeiros anos da **III Internacional** para a definição dos candidatos a cargos eletivos nos parlamentos burgueses pelos partidos revolucionários.

É muito comum que uma forma de descaracterizar nossa campanha seja escolher um candidato que não esteja em condições de defender, seja por debilidade ou por não concordar de fato, com o nosso programa revolucionário para as eleições.

Somente poderão ser candidatos pelo **Partido** os companheiros(as) que tenham comprovadamente a sua militância e dedicação ao **Partido** por um período compatível para a sua exposição como Tribuno da organização. Lembramos que todas nossas candidaturas, para todos os cargos e municípios, devem ser aprovados pelo CC, antes de serem inscritos para concorrerem às eleições.

E) TÁTICAS ELEITORAIS (candidaturas próprias, acordos eleitorais com outras correntes, frentes eleitorais, manobras...)

1989 – “Projeto de documento eleitoral” (Convergência Socialista)

“(…)

V – MAIS UMA VEZ: SER PETISTAS

Para qualquer tática que tenhamos junto ao PT, é necessário partir do fato de que somos petistas. Para conseguir dialogar com as dezenas ou centenas de milhares de ativistas petistas deste país não podemos deixar de nos identificar com eles na condição de petistas, para a partir daí acompanharmos e acelerarmos sua experiência com a direção do PT.

Agora durante a campanha eleitoral, esta questão se torna decisiva, porque estamos em unidade com a direção do PT em defesa de Lula para presidente. Todas as diferenças que tenhamos estão neste marco de defesa da candidatura do PT enquanto petistas.

No entanto, toda a direitização da direção do PT nos causa problemas, e um deles é que um setor de nossos companheiros, ao se chocar diariamente com a direção do PT e da CUT se sectariza e parte para a negação da campanha de Lula, ou sua minimização a tal ponto que dá exatamente no mesmo, ou seja, de que não façamos a campanha eleitoral de Lula.

Acreditamos que este é um gravíssimo erro por duas razões. A primeira é que a candidatura de um operário, que é ainda hoje a maior liderança de massas do país, é extremamente progressiva em relação aos partidos patronais. Aqui não estamos discutindo a candidatura de Lula contra a de um companheiro nosso, mas a de Lula contra Brizola, Collor e Ulisses.

Igualar um voto dado a um partido operário (mesmo que reformista) a um dado a um partido burguês, é simplesmente ignorar um fato político extraordinário, extremamente progressivo, inédito em nossa história, em que pela primeira vez os trabalhadores poderão votar não só em um partido operário, mas em sua principal liderança operária para presidência da República. É extremamente progressivo que se desenvolva esta consciência classista nos trabalhadores brasileiros, que avança no sentido da ruptura com sua consciência burguesa. Ou seja, este é um passo no sentido da revolução, ainda que Lula seja reformista.

Assim temos de partir nesta campanha eleitoral para uma gigantesca batalha de classes contra a burguesia e seus partidos. A maioria dos trabalhadores com os quais temos contatos no dia a dia das lutas sindicais está inclinada a votar por um candidato burguês.

Isso dá uma ideia da grande luta que teremos contra a influência burguesa na consciência dos trabalhadores. Esta é uma luta na qual nós estamos em frente única com a direção do PT, embora a encaminharemos de forma mais consequente e classista, como veremos.

Em segundo lugar, uma postura sectária nossa favoreceria o jogo da burocracia ao nos isolar de dezenas de milhares de ativistas petistas que vão apoiar a campanha de Lula. Na realidade, esta postura sectária leva a uma capitulação à direção do PT por deixar de dar o combate por toda esta base petista que pode ser ganha por nossas posições.

Assim, antes que nada, somos petistas. Representamos uma corrente do PT de esquerda que defende o PT das origens ligado às lutas, socialista e revolucionária, vamos disputar politicamente estes ativistas com a burocracia.”

1994 - "Minuta sobre Tática Eleitoral"

Concretizar nossa Tática Eleitoral em cada Estado

(…)

2) Lenin argumenta em seu livro – Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo: " Se somos o Partido **da classe** revolucionária e não um grupo revolucionário; se queremos arrastar **as massas** (sem o qual corremos o risco de sermos simples charlatães), devemos: **primeiro**, ajudar os Henderson ou Snowden (os Lulas da época) a vencer Lloyd George e a Churchill (mais exatamente: devemos obrigar aos primeiros a vencer os segundos, pois os primeiros **temem a sua própria vitória!**); **segundo**, ajudar a maioria da classe operária a se convencer pela própria experiência de que nós temos razão, isto é, da inutilidade completa dos Henderson e dos Snowden, de sua natureza pequeno-burguesa, traidora, e da inevitabilidade de sua bancarrota; **terceiro**, aproximar o momento em que, **sobre a base** da desilusão produzida pelos Henderson na maioria dos operários, se possa derrubar com um golpe, com sérias probabilidades de êxito, o governo dos Henderson".

Assim a proposta de Lenin para os comunistas da Inglaterra, com as quais estamos plenamente de acordo em suas concepções, vão no sentido de que:

a) se o **PSTU** quiser se afirmar como um Partido que se postule a dirigir as massas proletárias, deve ajudar Lula a vencer os burgueses na campanha Eleitoral, de modo que Lula seja o próximo presidente do país;

b) as massas proletárias se convençam, pela sua própria prática, com sua experiência de um governo Lula, de que nós do **PSTU** temos razão, ou seja, da completa "inutilidade" para o proletariado do governo Lula;

c) a partir desta experiência das massas, de sua desilusão com o governo Lula e com os reformistas, que as massas vejam a necessidade de derrubar este governo, na medida em que o **PSTU** venha a ser uma alternativa de direção para o conjunto dos explorados.

Mais uma vez a concepção leninista da qual procuramos ser herdeiros, relaciona a tática eleitoral com a estratégia da tomada de poder pelo proletariado, bem como relaciona a política concreta, a tática eleitoral, com a consciência das massas, com a provável dinâmica da luta de classes, o papel dirigente do partido revolucionário e de sua construção na realidade concreta, buscando sempre se credenciar junto ao movimento de massas, disputando aí a sua direção. Os comunistas ingleses, sectários até a medula, se auto-proclamavam a vanguarda, o partido revolucionário do proletariado, e ignoravam simplesmente a luta de classes real, bem como, o fato de que as massas confiavam em sua imensa maioria na direção dos trabalhistas.

A política concreta leninista, o "x" da questão, era como fazer com que o partido ganhasse as massas, como estas eliminariam suas antigas direções, como elas poderiam ganhar a consciência da necessidade da revolução.

(...)

Mais uma vez recorremos à Lenin, na sua discussão com os sectários esquerdistas ingleses;

"Falarei de um modo mais concreto. Os comunistas ingleses devem, em minha opinião, unificar seus quatro partidos (todos muito fracos, e alguns extremamente fracos) num único partido comunista, sobre a bandeira da III Internacional e da participação obrigatória no parlamento. O partido comunista propõem aos Henderson e aos Snowden um "compromisso", um acordo eleitoral: marchemos juntos contra a coligação de Lloyd George e os conservadores, repartamos os mandatos no Parlamento de acordo com o número de votos dados pelos operários ao Partido Trabalhista ou ao Partido Comunista (não nas eleições, mas numa votação especial, conservemos a liberdade mais completa de agitação, de propaganda e de ação política. Sem esta última condição é impossível naturalmente aceitar o bloco, pois isto seria uma traição. Os comunistas ingleses devem defender e salvaguardar a sua mais completa liberdade de desmascarar os Henderson e os Snowden, da mesma maneira que os bolcheviques se defenderam e salvaguardaram (durante quinze anos de 1903 a 1917) em relação aos Henderson e Snowden da Rússia, isto é, os mencheviques".

Esta política leninista traduzida para 1994 e para o Brasil significa:

a) que façamos um acordo eleitoral com Lula, ou seja, com a direção do PT (e, em segundo lugar com o PCdoB). O **PSTU** assumirá publicamente um "compromisso" de ativamente impulsionar uma campanha de agitação política de massas em defesa do voto em Lula contra todos os candidatos da burguesia. Além disso, o **PSTU** reivindicará a sua participação na coligação eleitoral de tal forma que os seus candidatos a deputados federais e estaduais possam se beneficiar do acesso ao coeficiente eleitoral da coligação a este nível.

b) o **PSTU** conservará a sua total liberdade política, organizativa, ação política, agitativa e de propaganda durante a campanha eleitoral. Isto pressupõe que jamais assinaremos ou defenderemos o Programa de Governo da candidatura Lula. Pressupõe que participaremos da campanha pelo voto em Lula com nossos próprios materiais, exigindo sempre que os burgueses do PSB (ou outros quaisquer) sejam excluídos da candidatura Lula. Pressupõe que teremos a mais completa liberdade política durante a campanha eleitoral para desmascarar, denunciar a candidatura Lula seja a nível de seu programa, seja no que se refere à colaboração de classes, etc.

1998- "EDITORIAL" - Opinião Socialista, n. 42, Ano II (12/09/97 – 25/09/97)

[Obs: em 1998 lançamos candidatura própria à presidência, precedida de um chamado à constituição de uma Frente Classista e dos Trabalhadores, nos moldes deste editorial do nosso jornal]

"LULA PRESIDENTE COM VICE DO MST [para eleições de 1998]

O 11º Encontro Nacional do PT não chegou a decisões definitivas a respeito da política nacional de alianças deste partido. Tanto que um novo encontro foi marcado para dezembro. De concreto, houve o discurso-ultimato de Lula que continua querendo mãos livres para tentar articular uma frente de centro-esquerda.

Acontece que o tal campo de centro-esquerda está ganhando força através de uma possível candidatura de Ciro Gomes pelo PSB, articulada por Miguel Arraes e por Roberto Freire do PPS. Até agora, esta articulação está passando por fora do PT. E tem mais, Luiza Erundina, que mal acabou de sair do PT, já está defendendo abertamente que a esquerda deve apoiara reeleição de Covas em São Paulo, já no primeiro turno!

Por outro lado, a maioria da esquerda petista, embora tenha lutado contra a política de centro-esquerda no 11ª Encontro, aceitou e defende uma frente de "esquerda" onde cabem Brizola e Arraes. É um erro grave não perceber que não é possível uma frente de esquerda com um projeto coerente para derrotar o neoliberalismo e impor as reivindicações dos trabalhadores, com a presença desses representantes da classe dominante.

Arraes, pelo seu governo em Pernambuco, está muito mais para o arco de alianças de FHC. E o governador de Pernambuco não é uma figura isolada no PSB, é cada vez mais o seu principal cacique. Brizola então, mesmo não representando hoje nenhum setor expressivo da classe dominante, será dentro da frente uma garantia de que a esquerda não romperá com a ordem burguesa. Recordar é viver. Lembrem-se qual foi o papel deste senhor durante a crise terminal do governo Collor.

O PSTU entra nesse debate com uma perspectiva diferente, com a perspectiva da construção de uma Frente Classista e dos Trabalhadores que, na nossa opinião, se traduz na proposta de Lula presidente com um vice do MST.

Mas a candidatura Lula só será uma referência forte para galvanizar novamente os explorados e excluídos se for porta-voz de uma plataforma anticapitalista contra a crise social, apoiada na mobilização e nas lutas da nossa classe. Por isso, uma candidatura a vice, vinda do MST representaria melhor esse perfil que uniria o bloco partidário PT, PCdoB e PSTU.

Mas para muito além dos partidos da classe trabalhadora, essa frente representaria na sua essência, uma aliança apoiada nos trabalhadores dos setores organizados e com referência nos sindicatos, nos movimentos populares combativos, com o MST, principal organização do ascenso agrário que sacode o país. Em resumo, uma aliança entre os trabalhadores e pobres da cidade e do campo.

Para construir essa aliança, o PSTU propõe a realização de um Congresso Nacional de Base, chamado pela CUT, MST, movimentos populares, UNE, para reagrupar dezenas de milhares de militantes que hoje não estão politicamente organizados nos partidos, mas que constroem a resistência a FHC por todo o país, e para colocar nas mãos deste enorme ativismo a definição e a votação da plataforma política e das bases das candidaturas de esquerda.”

2000 – “Esboço de projeto sobre a tática eleitoral”

Diante da Frente Popular (bloco dos partidos operários com a burguesia) queremos recordar quais são as questões de princípio, nossa estratégia e o que é tático na atuação dos revolucionários perante blocos deste tipo, antes de serem governo e também quando se tornam governo.

Como dizia Trotsky, a luta contra o reformismo e o stalinismo é antes de mais nada a luta contra os blocos contra a unidade desonesta com os exploradores.

Os partidos reformistas têm uma política permanente de colaboração de classes, de sustentação da governabilidade burguesa. É de princípio para os revolucionários dar um combate permanente às direções contrarrevolucionárias no dia a dia e também - e principalmente - à sua política de Frente Popular. Nossa estratégia consiste em desmascarar essas direções perante as massas, nosso objetivo é destruí-las. Nossa tática, nossa política concreta, se desprende da nossa estratégia e do nível de consciência das massas. Ou seja, a tática se desprende do caráter contrarrevolucionário de sua política e do tipo de governo que essa Frente pretende ou vai conformar por um lado, e do nível de consciência das massas de outro.

2000 / 2001- “LANÇAR A CAMPANHA EM TORNO DA TÁTICA DE FRENTE CLASSISTA PARA COMBATER A FRENTE POPULAR”

“IV- A importância da aplicação da tática de Frente Classista

1- Nossa estratégia é destruir o PT e esse campo burguês – a Frente Popular -, o bloco que este conforma com a burguesia. Nesse sentido, precisamos dar um combate contra o PT e contra a Frente Popular.

2- Mas, na medida em que este campo burguês é chefiado por um partido operário-burguês, que por sua vez é a direção majoritária e praticamente hegemônica do movimento de massas, não podemos combatê-la com a mesma tática ou palavras de ordem com as quais combatemos um bloco burguês puro. Ou seja, partindo das necessidades objetivas, precisamos levar em conta as ilusões das massas, ao formular nossa tática e nossas palavras de ordem.

3- Neste sentido, a tática de governo operário e camponês e, portanto, a defesa da Frente Classista e a exigência de um programa anticapitalista e anti-imperialista dirigido como exigência e denúncia ao PT e à Lula é fundamental. Como dizia Trotsky, devemos contrapor a esse "falso bloco" (o bloco dos operários com a burguesia) a defesa do "verdadeiro bloco" (o bloco dos partidos e organizações operárias, populares e camponesas) necessário para derrotar o imperialismo e a burguesia e apresentar também o programa (as tarefas) que esse verdadeiro bloco e governo precisam levar à frente para resolver os problemas do país desde uma ótica de classe.

4. Essa tática e política está dirigida e tem como objetivo combater as ilusões das massas para arrancá-las da influência dos reformistas, perseguindo a estratégia de arrebentar esse bloco com a burguesia e fortalecer e construir o partido revolucionário.

5. Nesse sentido, não serve o oportunismo, que faz seguidismo às ilusões e deixa de lado o programa e necessidades objetivas, e também não serve o sectarismo que não leva em conta as ilusões. Ou seja, não serve a política da CST que defende Lula com vice do MST e ponto - não se delimita programaticamente, não denuncia que está se compondo uma Frente com a burguesia e, mais, um governo com ela - na prática faz campanha eleitoral para Lula, se cala diante de seu projeto e acha que a Frente Popular é progressiva. Mas também não serve uma política que ignore que o PT e a Frente Popular existem e não veja importância em aplicarmos uma política dirigida a eles, para podermos combater as ilusões que as massas têm neles. E, portanto, uma política que não vê importância na aplicação da tática do governo operário e camponês, na defesa da Frente Classista contra o PT.

6. Nosso partido, para combater a Frente Popular, precisa fazer uma ampla e verdadeira campanha em defesa de um bloco de classe e de um programa de classe contra o governo, toda a burguesia e o imperialismo. Queremos polemizar abertamente e massivamente com o PT e com Lula, chamando-os a romper com a burguesia, a convocar a luta direta para derrubar esse governo, a formar uma Frente dos Trabalhadores e a defender um programa anti-imperialista e anticapitalista para o país. Faremos essa campanha nos organismos e instâncias do movimento, mas também queremos levá-la a fundo na massa, nas nossas estruturas e queremos que a mesma ecoe o máximo na medida das nossas forças, queremos fazê-la chegamos meios de comunicação- na medida do possível -, queremos debatê-la nos fóruns, nas universidades, nas fábricas, nos sindicatos, nas escolas e bancos, nos atos contra o governo, nas greves e lutas.”

(...)

IX - Lançar um pré-candidato para defender a Frente Classista

1. Neste momento, as diferentes alternativas de oposição estão sendo lançadas como pré-candidatos em defesa de uma plataforma ou para negociar futuras alianças. Ao mesmo tempo, no interior do PT três pré-candidatos disputarão uma prévia. A melhor forma de fazer ecoar nossa campanha é lançando uma pré-candidatura em defesa de uma Frente dos Partidos Operários, de Lula com um vice do MST em torno do programa que defendemos.

2.O lançamento de um pré-candidato nosso - Zé Maria - estará ao serviço desta proposta de Frente dos Trabalhadores anticapitalista e servirá para dar mais visibilidade à campanha, inclusive chegar até a imprensa e os meios de comunicação de um modo geral. Explicaremos que retiraremos a candidaturas, no caso de se viabilizar uma frente com o PT e os outros partidos operários.

(...)”

2002 – “Documento político e atividades”

“VII- AS TAREFAS PARA A DISPUTA DA DIREÇÃO

Lançar candidatura própria

- 1) O lançamento da pré-candidatura do Zé Maria confirmou que há um espaço a esquerda do PT. A existência da pré-candidatura nos possibilitou um diálogo, simpatia e atração de um setor do ativismo. Os atos de lançamento foram um sucesso a aglutinaram mais gente do que, inclusive, esperávamos. Não ficamos isolados, nem perdemos espaço na realidade, pelo contrário, o partido tem se fortalecido no último período. Nossa intervenção recente no FSM, como já dissemos, também demonstra a existência de um espaço a esquerda e fortalecimento do partido.
- 2) A direitização enorme do PT e de Lula é confirmada a cada dia aos olhos de todos. E a existência desse espaço à esquerda (ainda de vanguarda, mas que vem se ampliando) nos indica que a tática mais correta para combater a Frente Popular, construir e fortalecer o Partido é lançar candidatura própria e não coligar-se com Lula.
- 3) Precisamos entrar a partir de agora em uma nova etapa de construção da candidatura do Zé Maria. Ele seguirá pré-candidato até junho (porque legalmente só pode ser oficializado como candidato ai), mas sua pré-candidatura a partir de abril não terá como eixo prioritário a Frente Classista, mas secundário, ou melhor, seguiremos dizendo que propusemos e propomos uma Frente dos Trabalhadores com programa anticapitalista, mas que Lula e o PT praticamente já optaram por outro caminho e que, portanto, vamos apresentar uma alternativa nas eleições. Devemos também chamar a esquerda a vir conformar tal alternativa conosco se Lula não muda.
- 4) Ou seja, nossa ênfase a partir de agora é de que vamos ter candidato se Lula não muda e vemos como muito improvável que mude. Nos estados - enquanto não se define verticalização ou não das coligações - o quadro real das alianças ainda estará confuso, bem como a própria coligação nacional (PL entra ou não entra; PSB entra ou não entra). Mas tanto em nível nacional, como nos estados, vamos ter que seguir usando a Frente Classista, de forma secundária - no sentido de afirmar que vamos ter candidatos e que a esquerda se não muda o curso do PT - como achamos que é o que vai ocorrer - deve se somar a nós e estamos, inclusive dispostos, a oferecer a legenda a eles (...).

2008 – “O balanço da tática de frente de esquerda em 2008”.

“Nossa tática eleitoral para as eleições de 2008 foi essencialmente o chamado à construção da frente de esquerda nas cidades, como continuidade da política vitoriosa aplicada nas eleições de 2006, evidentemente que com pré-condições políticas para esta construção.

Portanto, assim como em 2006, nossa política para as eleições de 2008 era priorizar a construção da frente de esquerda, evidentemente com condições, que foram expressas na Minuta Eleitoral, que aprovamos em nosso último Congresso do partido. Citamos então as partes mais importantes do ponto 4 da Minuta

“- Manter como política geral o chamado à construção da frente de esquerda.

Construir a Frente de Esquerda nas eleições municipais de 2008, não significa para nada capitular ao PSOL e rebaixar nosso programa e as críticas que temos a este partido. Da mesma forma, não podemos aceitar uma participação rebaixada do partido nas chapas da frente de esquerda”.

*“Propomos três critérios para que sejam os **condicionantes** para a nossa presença na Frente de Esquerda em cada cidade”.*

*“Ao final do primeiro semestre e da campanha que vamos realizar pela Frente de Esquerda para as eleições municipais deste ano, deveremos avaliar caso a caso, cada processo municipal e definir se devemos concretizar a Frente de Esquerda, **nossa tática eleitoral prioritária**, ou se optamos, **caso não sejam respeitados um destes três critérios**, lançar candidaturas próprias do partido para as Prefeituras”*

(grifo da própria Minuta Eleitoral).

Estas 3 condições eram: não haver nenhuma coligação com partidos burgueses e/ou governistas, que a campanha expressasse um programa de oposição de esquerda a frente popular nacional e nos Estados e Municípios e também de oposição de esquerda aos candidatos da oposição burguesa; e o respeito ao peso político e social do nosso partido (expresso em candidaturas e tempo de TV).

As direções regionais do partido, armadas com a tática da minuta eleitoral nacional, buscaram aplicar em cada cidade a construção da frente de esquerda. Porém, a realidade se apresentou de forma distinta em comparação as eleições de 2006. Esta nova realidade se expressou de forma evidente na multiplicidade de táticas que tivemos que aplicar nestas eleições.

(...)"

2010 – “Proposta de documento eleitoral”

“8- A proposta de tática para 2010: lançar candidatura própria

O cenário eleitoral de 2010 está aberto. O desdobramento da situação atual apontaria para uma polarização Dilma x Serra, com Marina correndo por fora, disputando algo em torno de 10%. Mas a situação pode variar e muito, não só pela crise econômica, mas pelas crises políticas e seus reflexos sobre a candidatura Dilma.

(...)

A melhor hipótese para nossa construção seria uma frente de esquerda, desde que tivesse um programa anticapitalista, anti-imperialista, de oposição de esquerda ao governo, e fosse claramente independente (política e financeiramente) da burguesia. Ou seja, que rejeitasse claramente o financiamento da burguesia, como ocorreu com a Gerdau. A candidatura Marina também exige uma diferenciação que começa pelo programa, que não pode ser o sustentado pela candidata do PV (um desenvolvimento sustentável, dentro do capitalismo, que também é defendido pelo PSOL). A diferenciação se estende ao arco de alianças com a burguesia (aberto e amplo no PV, e também presente no PSOL)

Essa é uma pré-condição clara, um projeto oposto ao da frente popular do PSOL. Qualquer vacilação nisso seria mortal, em particular perante um ano como o de 2010, com a efervescência política da vanguarda produto da crise e possibilidade de ascenso.

Além disso, teríamos que ter o vice, e que ele (no caso Zé Maria) tivesse uma presença garantida nos programas de TV. Ou seja, que se respeitasse nosso peso político. E essa seria uma das pré-condições inegociáveis, porque já tivemos duas eleições em frente com o PSOL, e necessitamos ter uma visibilidade eleitoral para a nossa construção.

A concretização de uma frente socialista e classista como essa seria a melhor hipótese porque nos permitiria ter uma candidatura com mais peso para dialogar com a base da frente popular. Lembremos que a nossa disputa em primeiro lugar é com a frente popular e o PT que seguem majoritários na classe operária. Além disso, caso isso se desse, teríamos também uma alternativa com mais visibilidade para disputar o espaço de esquerda contra Marina Silva. Esse polo teria um programa adequado e com a visibilidade da candidatura a vice, poderíamos fazer todo o trabalho da frente no setor operário.

Essa hipótese já era improvável quando a lançamos no primeiro semestre, porque a política definida pelas correntes majoritárias do PSOL aponta para a armação de uma frente popular, um projeto oposto ao nosso. O congresso do PSOL, apesar de ter adiado a votação para uma conferência daqui a 60 dias, tornou essa hipótese praticamente impossível.

Em primeiro lugar porque as duas teses majoritárias defendem um programa de frente popular. Tanto a tese da APS como a do MES são incompatíveis programaticamente conosco, ao defenderem um programa dentro dos marcos do capitalismo e alianças com a burguesia (formalmente defendem a tática aplicada em P. Alegre).

Em segundo lugar, porque Heloísa Helena está contra ser candidata e dificilmente o será. Mas na hipótese improvável de aceitar, já declarou que de forma alguma concorda com o marco da frente de 2006, nem em termos programáticos (estrito, segundo ela), nem no arco de alianças (se referiu explicitamente ao acordo necessário com Capiberibe). Por último, Heloísa também já deixou claro que não tem nenhum acordo em polemizar com Marina, a quem reivindica. Ou seja, na hipótese pouco provável de que ela aceite a candidatura, seria com um programa semelhante ao de Marina, sem se diferenciar dela, e com alianças explícitas com a burguesia.”

(...)

“10- É necessário estender a campanha pela frente de esquerda por mais dois meses

É preciso estender a campanha pela frente socialista e classista aos próximos dois meses. Neste período em que o PSOL discutirá sua crise e definirá se apoia ou não Marina, devemos disputar os ativistas com clareza para a proposta da

frente. Vai existir uma resistência dos ativistas dos movimentos sociais a um projeto como este de Marina Silva, ao qual pode se render o PSOL.

O programa deve ser anticapitalista, antiimperialista, de oposição de esquerda ao governo. Este tema deve tomar uma importância grande em nossa proposta, para garantir uma diferenciação com a candidatura de Marina, assim como para explicar a inviabilidade da frente caso Heloisa aceite a candidatura, mas com perfil de direita.

A frente deve ser independente, política e financeiramente da burguesia, excluindo explicitamente episódio como o da Gerda. Devemos também colocar como pré-condição a candidatura a vice, com tempo de TV garantido.

Caso o PSOL resolva por uma candidatura própria com programa capitalista e alianças com a burguesia ficará claro que a aliança não se concretizará pela escolha do PSOL. Por último, caso ocorra a hipótese mais que improvável de se aceitar nossa proposta, teremos nos fortalecido junto aos ativistas.

Esta é uma luta que deverá estar presente em nossa propaganda cotidiana junto aos ativistas das campanhas salariais do segundo semestre, aos nossos simpatizantes, para a base do PSOL.”

F) DIFERENÇA ENTRE UNIDADE DE AÇÃO, FRENTE ÚNICA OPERÁRIA E FRENTE ELEITORAIS

2000 – “Balanço das eleições”

“d) A tática de Frente Única não se dirige às eleições

1. A segunda discussão tem a ver com a nossa relação com o PT, se a tática de Frente Única se aplica nas eleições; se a tática de Frente Classista e em essência uma tática de Frente Única para "derrotar" o governo, ou se é uma tática para antes de mais nada desmascarar e ajudar a destruir os aparatos contrarrevolucionários e, sobretudo, sua política contrarrevolucionária de Frente Popular, de colaboração de classes com a burguesia e, nesse sentido, é uma variação da tática de governo operário e camponês a ser aplicada antes, durante e depois que a Frente Popular chega ao governo, independentemente se nos coligamos ou não eleitoralmente com os reformistas, independente se chamamos ou não o voto neles. E se é uma tática destinada a um aliado ou a um inimigo.

2. A Frente Única não é uma tática destinada às eleições. Nas eleições, o critério central que nos guia e a apresentação do programa revolucionário e a construção do partido. A Frente Única é uma tática de unidade e enfrentamento com os diferentes setores (inclusive reformistas) ou aparatos que atuam no movimento dos trabalhadores para levar a cabo ações comuns, mesmo assim ela se conforma em base a um programa mínimo para a ação que responda à necessidade de luta, de ação, de combate direto contra a burguesia num determinado momento.

3. *“Classe contra classe! Isto significa: todas as organizações do proletariado devem assumir o seu lugar na frente única contra a burguesia,”* dizia Trotsky na Alemanha defendendo que o PC tivesse uma política revolucionária, justa e que chamasse a Frente Única com a social democracia para derrotar o nazismo. E continuava, *‘Independência completa, organizativa e política, do Partido Comunista, sempre e em qualquer condição. Nenhuma transação de princípios. Inteira liberdade de crítica dos aliados provisórios’*. Ao mesmo tempo, perante as eleições, dizia: ... *“no domínio da propaganda, a frente única é Inadmissível. A propaganda deve apoiar-se em princípios claros, num programa definido. Marchar separadamente, lutar juntos. O bloco é unicamente para ações práticas de massa. Os compromissos pelo alto, sem base se princípios, não trazem outra coisa senão confusão. A ideia de se propor o candidato à presidência, pela Frente Única operária é uma ideia radicalmente errônea. Só se pode propor um candidato na base de um programa definido. O Partido não tem o direito de furtar-se, durante a eleição, de mobilizar os seus aderentes e ao recenseamento de suas forças. A candidatura do partido oposta a todas as outras candidaturas, não poderia impedir, em nenhum caso, o acordo com outras organizações para os fins imediatos da luta. (...) Infelizmente, na Permanente Revolution apareceu um artigo, não da redação, é verdade, em favor de um candidato operário único. Não pode haver dúvida de que os bolcheviques-leninistas alemães condenarão essa posição.”* (Trotsky - Revolução e Contra Revolução na Alemanha - pg 210 - edição brasileira).

4. A Frente Única operária é uma tática de unidade e enfrentamento, que se aplica em base à necessidade de unir toda a classe na luta direta, se aplica, sobretudo em situações defensivas. Ela pressupõe um programa mínimo para a ação e comporta também organismos. Se a burocracia se furta à frente única, ou a abandona pela metade, a política justa do partido revolucionário ajuda as massas a fazerem a experiência e romperem com suas direções traidoras e, inclusive, no melhor dos casos, consegue manter as massas mobilizadas apesar e contra suas direções. Ela se destina também a ações ofensivas, embora dificilmente se concretize, porque as direções contrarrevolucionárias estão quase sempre na contramão completa de tais ações. A Frente Única é uma tática destinada à ação direta, pela simples razão de que só se pode em última instância derrotar a burguesia e tomar o poder via esta ação e, neste caso, algumas vezes sabotar a frente única, pode ser sabotar a própria unidade necessária da classe na ação para derrotar a burguesia, como fez o PC alemão em relação ao combate ao nazismo.

5. As eleições são outro terreno: são o terreno da burguesia e devem ser utilizadas para estimular a ação direta das massas e agitar as palavras de ordem de ação revolucionária e também fazer propaganda do programa socialista, exatamente o oposto do que faz a social democracia. O normal, o clássico, nas eleições é o partido se apresentar com o seu programa em confronto não só com a burguesia, mas também em confronto direto com o programa reformista. A coligação, quando é feita, não tem como objetivo central "derrotar o governo", é só uma ou a melhor tática em dado momento para construir e fortalecer o partido revolucionário e desmascarar, com o objetivo de destruir, os reformistas, que são o principal obstáculo e inimigo dos trabalhadores no seio do movimento de massas e de dentro do movimento de massas o maior sustentáculo do governo.

6. Esta confusão - unidade com os reformistas para derrotar o governo, nas eleições tem surgido - muito antes desta polêmica - frequentemente dentro do nosso partido quando estamos discutindo se **taticamente** é melhor coligar ou não. Apareceu em todos os processos eleitorais em que nos apresentamos como PSTU, como reflexo natural do desejo de unidade da vanguarda. E se isso fosse certo, que a tática de Frente Única se destina às eleições e ademais permanentemente (porque eleitoralmente só é possível "derrotar" o governo votando PT ou nas Frentes que este compõe), então estaríamos diante da seguinte situação: enquanto não fôssemos de massas e majoritários nas massas não deveríamos aparecer eleitoralmente de forma independente, sempre teríamos que ir à coligação. Esta deveria ser nossa tática permanente e tática permanente é o mesmo, ou quase o mesmo, que estratégia.

(...)"

2010 – “Proposta de documento eleitoral”

“6- A diferença entre a tática de frente única operária e a frente eleitoral de esquerda

Nós somos os campeões da tática de frente única e unidade de ação para as lutas diretas do movimento operário. Essas táticas unitárias são importantes, porque nós queremos realmente que se concretize a unidade dos trabalhadores para uma greve, por exemplo. Isso não é porque somos bons ou maus, é porque nossa estratégia passa pela mobilização dos trabalhadores. Só com a ação das massas elas podem evoluir em seu nível de consciência e organização, só assim se gera vanguarda. Ou seja, sem a mobilização das massas não existe revolução, e por isto nos sentimos em nosso terreno nas lutas diretas dos trabalhadores. E para que se deflagre a mobilização, os trabalhadores buscam a maior unidade possível, para poder se enfrentar com os patrões.

(...)

Nós preservamos essas táticas unitárias, e esse é um dos motivos centrais pelos quais temos inserção no movimento de massas, dirigimos a Conlutas, etc. Evidentemente, estamos falando de táticas e não de uma estratégia permanente. Táticas que podem e devem ser usadas corretamente. A primeira regra para usarmos essas táticas é:

"Por outro lado, nós não só lutamos contra a burguesia ou o governo de turno: nós temos uma guerra mortal contra as direções burocráticas, reformistas e centristas. Por este motivo, todas as táticas unitárias vão acompanhadas sempre das exigências e denúncias em relação a estas direções. Sob nenhum argumento uma tática unitária pode nos levar à omissão neste combate." (documento político de nosso congresso)

Por este motivo, todas as táticas unitárias vão acompanhadas sempre das exigências e denúncias em relação a estas direções. Sob nenhum argumento uma tática unitária pode nos levar à omissão neste combate...É o que chamamos de unidade- enfrentamento."

A segunda regra é que frente única e unidade de ação são táticas diferentes:

"A **frente única** é uma tática pode ser utilizada com correntes operárias em momentos determinados:

- quando existe um ataque da burguesia e a necessidade de uma luta conjunta dos trabalhadores;

- se dá ao redor de reivindicações sentidas pelos trabalhadores;

- pode gerar organismos permanentes e programas comuns;

- as organizações operárias não podem estar no governo burguês (como no caso atual do governo de frente popular).

Exemplos clássicos de organismos permanentes de frente única entre setores operários são os sindicatos e os soviets. A Conlutas hoje é outro exemplo de frente única" (documento político congresso).

"Já as **unidades de ação** são pontuais, episódicas, podem ser feitas ao redor de uma palavra de ordem.

Não significam nenhuma frente a longo prazo, não geram programas nem organismos permanentes. Por isto, podem ser feitas com setores da burguesia, como em lutas anti-imperialistas (contra a ALCA) ou democráticas (movimento das diretas, por exemplo).

Podemos fazer também unidade de ação com setores governistas, como a CUT, o MST e o PC do B. Mas também nestes casos, vamos fazer a nossa diferenciação, com estes setores, chamando-os a romper com o governo" (documento político congresso).

A terceira regra é não chamar a frente única com organizações que estão no governo, como o PT e CUT nos dias de hoje. Nesse caso, é possível a unidade de ação localizada ou regional com este tipo de organização.

Falamos do que significam as táticas de frente única operária e unidade de ação, para chegarmos à diferença que têm com a tática da frente eleitoral.

Está na compreensão de muitos quadros e militantes do partido, por um erro da direção, que a tática da frente eleitoral é uma extensão da frente única operária. Por este motivo, em todas as eleições nós devemos defender uma frente de esquerda. Caso outros setores não estejam de acordo, aí podemos ir para uma candidatura própria. Ou seja, seria uma necessidade das massas a unidade eleitoral da esquerda.

Essa postura é completamente equivocada. Nós defendemos as táticas unitárias para as lutas, porque, como vimos se trata da necessidade de colocar o movimento operário em ação. No caso das eleições burguesas, a base fundamental para a nossa definição da tática é, como vimos, a construção do partido e a divulgação de nosso programa. Pelo parlamento não se vai à revolução, trata-se de um ponto de apoio secundário, que serve na medida em que nos dá um canal para chegar ao movimento de massas. Por isto, a definição da tática eleitoral não tem nada a ver com a necessidade de unidade do movimento de massas para lutar.

Por estes motivos, a tática eleitoral normal passa pelo lançamento de candidatos de nosso partido, que é a melhor maneira de defender nosso programa e a construção do partido. Isso pode ser entendido de forma equivocada, como uma estratégia, uma tática permanente, e isso não é assim. Nós já tivemos inúmeras táticas eleitorais, que incluíram o apoio à Lula (89, 94), lançamento de candidaturas próprias (98, 2002), frente de esquerda (2006). Nossa corrente também acumulou uma enorme variedade de táticas, porque se trata precisamente disso, uma tática, que deve ser definida em função de um conjunto de circunstâncias da conjuntura e do estágio de construção do partido.

Por vezes também, somos obrigados pelas circunstâncias a chamar o voto em um projeto de **Frente Popular**, para melhor dar o combate contra ele. Chamar o voto é diferente de apoio político. Foi correto apoiar Lula em um momento porque, apesar de já expressar um projeto de **Frente Popular**, tinha por trás um movimento progressivo do proletariado em luta, e isso nos abria um diálogo importante para a construção do partido com a base operária. Foi correta a **Frente com o PSOL** nas eleições de 2006, porque nos possibilitou todo um espaço importante para nossa construção nos setores mais a esquerda da base petista, assim como da base do PSOL. Mas a definição da tática deve se dar ao redor do que é melhor para a construção de nosso **Partido**, e não da necessidade da unidade da esquerda ou do movimento.

Esta é uma correção importante que estamos fazendo. O documento eleitoral de 2006 definiu uma tática acertada de **Frente de Esquerda** e se apoiou em toda uma série de argumentos corretos. Mas trouxe também um erro e uma deseducação ao partido, ao incorporar um critério equivocado para a definição da tática.

"Os critérios mais importantes para definir como correta ou errada a proposta de Frente classista e socialista ao PSOL, são os seguintes: ajudaria ao movimento de massas um pólo de oposição de esquerda ao governo Lula?

E para a construção do PSTU, é melhor estar dentro ou de fora deste Frente eleitoral?

A resposta à primeira pergunta, para nós é clara: a unidade eleitoral da oposição à esquerda do governo fortaleceria o movimento de massas como um todo. Vai haver uma polarização eleitoral entre o bloco

governista e a oposição burguesa, e seria progressiva a existência de um pólo de oposição de esquerda a estes dois blocos."

G) RESULTADOS ELEITORAIS

1994

Presidência – chamamos a votar em Lula

Deputados federais – 33655

Deputados estaduais – 35786

Senadores – 647120 (só Maria Luisa Fontenele, em Fortaleza teve mais de 300 mil)

1996

Votos para vereador – 202000

1998 –

Presidência – 202658

Deputado federal – 187793

Deputado estadual – 144759

Senadores – 371521

2000

Votos para vereadores – 104732 (sem contar voto legenda)

2002

Presidência da república - 402236

Deputado federal - 64639 (sem contar voto legenda)

Deputado estadual – 55918 (sem contar voto legenda)

Senado: 486525

2004

Votos para vereadores – 78681 (sem votos de legenda)

2006

Presidência – fizemos frente com PSOL (HH foi candidata à presidência)

Deputado federal - 101307

Deputado estadual – 98310

Senado – 196636

2008

Votos para vereador – 75890

2010

Presidência da república - 84609

Deputado federal - 102120

Deputado estadual - 95165

Senado - 431477

2012

Votos para vereadores - 120822

2014

Presidência da república - 91209

Deputado federal – 188473

Deputado estadual - 154731

Senado - 355585

H) CRITÉRIOS USADOS PARA FAZER OS BALANÇOS ELEITORAIS

2000 – “Balanço das eleições”

“c) Os critérios da IIIª são fundamentais

1. Há uma primeira discussão, portanto, acerca do critério da IIIª Internacional, que tem balisado nossa política, ou seja, se nós devemos nos guiar nas eleições pela busca de votos e eleições de parlamentares como critério fundamental, ou se devemos - como orienta a IIIª - ter como principal critério apresentar nosso programa e fazer agitação das palavras de ordem revolucionárias para as massas. Essa é a primeira discussão, porque várias vezes os companheiros medem a viabilidade do nosso partido e projeto pelo número de votos e parlamentares eleitos. E colocam um sinal de igual entre espaço político - espaço para nossa política e construção - e espaço eleitoral e número de votos. Nós seguimos defendendo os critérios da IIIª, porque o outro critério nos conduz ao oportunismo político. Isso não significa que não queremos eleger parlamentares e, inclusive, estejamos dispostos a nos coligar para buscar elegê-los se isso não compromete nossa política e não fere princípios. Por isso, o CE - por unanimidade - era favorável à coligação no Rio, como explicitou nosso documento de tática eleitoral. Porque não feria princípios e nos delimitaríamos por dentro e, embora provavelmente conseguíssemos menos visibilidade do que nos lançando sozinhos - teríamos depois Lindberg 4 anos na Câmara e uma caixa de ressonância enorme para nossa política contra o governo e contra a Frente Popular e o reformismo. Porém, o critério primeiro com o qual nos apresentamos nas eleições ao serviço da mobilização das massas é para apresentar um programa e palavras de ordem revolucionárias.

2. Os companheiros inúmeras vezes, colocam que a vanguarda, diante dos poucos votos que recebemos não nos vê como viáveis eleitoralmente. E que, portanto, isso dificulta a nossa construção junto a vanguarda. Por isso, sem a segurança de que teremos peso eleitoral - muitos votos - o melhor é se coligar com o PT, pois do contrário nos afastamos dessa vanguarda que nos vê como muito fracos ou "inviáveis". É certo que um amplo setor e talvez a maioria da vanguarda pensa em viabilidade de um partido em termos de viabilidade eleitoral, de número de votos. Mas nós somos um partido revolucionário que, com muitos ou poucos votos, coligados ou não; queremos combater essa visão eleitoralista da vanguarda. Não vamos nos construir junto a essa vanguarda capitulando à sua consciência.

3. Evidentemente que queremos - nas eleições - ter também o máximo de votos possíveis, é evidentemente que queremos também eleger parlamentares. Não sofremos de cretinismo antiparlamentar. Mas isso está subordinado ao objetivo primeiro que é o de nos conduzir nas eleições para agitar nossas palavras de ordem revolucionárias, fazer propaganda socialista e construir o partido.”

(...)

h) Um grave erro na campanha de São Paulo.

1. Nossa tática e campanha em nível nacional foram corretas e o partido teve uma vitória política. Porém, em São Paulo - onde se encontra a direção nacional, por isso mais grave - a nossa campanha, sobretudo na televisão, não polemizou e não se delimitou do PT como deveria. E certamente Isso deve ter tido incidência na campanha mais geral, porque também não sofremos pressão para fazê-lo.

2. Fizemos uma campanha diferenciada, os mais conseqüentes contra o governo, os que disseram que não haveria mudanças em São Paulo se não derrotássemos FHC e o FMI. Pela positiva apresentamos um programa oposto pelo vértice ao programa do PT. Porém - de um modo geral - não polemizamos com as propostas da Marta, não fizemos exigências categóricas no sentido de mudança de seu programa, nem exigimos e/ou denunciemos claramente que era preciso que ela rompesse com a burguesia (do Fasano, da Fiesp, etc, etc). Mais

precisamente, não polemicamos com ela. Fizemos uma ou outra exigência pontual, como a que ela precisaria assumir a suspensão da dívida, mas de uma forma que não foi sistemática e que não deixamos explicitamente claro que a política de pagá-la era um desastre para os trabalhadores, da mesma forma no que toca às suas propostas de parceria. Dos cerca de 23 programas que produzimos, fizemos exigências em dois deles, que foram ao ar um dia e meio. O PT foi praticamente ignorado, quase não existiu na nossa campanha de TV.

3. Isso é uma derrapada grave - dentro do acerto mais geral de lançar-se por fora do PT e de explicarmos via primeiro panfleto porque lançamos candidatura e, portanto, aí nos diferenciarmos - porque justamente todo erro e capitulação oportunista começa por não enxergar e não combater permanentemente dois inimigos: a burguesia e as direções contrarrevolucionárias. Ou seja, atuar só contra a burguesia e como "aliados" ou parte do mesmo "campo" dos reformistas, ainda que com diferenças, mas como aliados e não como inimigos. Nesse sentido, acabar sendo uma linha auxiliar do PT.

(...)

10. Isso não muda a essência vitoriosa do nosso balanço nacional e mesmo em São Paulo, porque aparecemos com um programa oposto, ao deles e como uma organização, diferente deles. Mas não é um erro menor, ao se dar principalmente onde está a direção. Pois, sempre a pressão é por não se diferenciar como se deve do reformismo e para os revolucionários é mortal capitular a essa pressão. É tão ou mais grave do que não levar em conta as ilusões das massas e ser sectários - aliás, é tão terrível quanto -, só que perante a Frente Popular, já dizia Trotsky e também Moreno, a maior pressão sempre é a oportunista.

2006 – “Documento de Balanço Eleitoral 2006”

"12. Conseguimos passar na prova da unidade-diferenciação, o que foi uma tarefa difícil. Fomos campeões da campanha de Heloísa, o que a vanguarda que apoiou esta candidatura reconhece. Ao mesmo tempo tivemos um papel claramente diferenciado em relação ao debate programático e às alianças com os partidos burgueses.

Em relação à polêmica programática, impedimos que fosse adotado formalmente o programa de César Benjamin, preferido por Heloísa e pela ala direita do PSOL. Heloísa incorporou em seu discurso o programa de César, como previmos, mas não pode formalizá-lo. Isso teve um reflexo interessante agora, depois das eleições, com a saída de César do PSOL, enfrentado com sua direção.

Conseguimos escrever o Manifesto da Frente, com uma postura de ruptura com o imperialismo e de luta contra as reformas, e soubemos utilizar o debate programático contra a própria Heloísa, tanto na questão das mulheres como na questão dos juros.

Conseguimos também evitar a composição de alianças com partidos burgueses no Amapá, com o PSB de Capiberibe; com o PV em SP; e o PDT de João Fontes em Sergipe (com um enfrentamento direto e aberto contra Heloísa).

Isso foi muito importante porque a campanha tinha sua principal figura pública (Heloísa Helena) com um programa que não tem nada a ver conosco. Depois de seu crescimento a 10-12%, foi ainda mais à direita, ampliando seus choques conosco. Caso não conseguíssemos ter uma diferenciação clara, provavelmente hoje teríamos uma crise no partido.

(...)

De conjunto, podemos dizer que tivemos uma identidade própria perante a vanguarda no meio da Frente de Esquerda, como queríamos.

Mais ainda, queremos afirmar com clareza que conseguimos evitar que a Frente de Esquerda se transformasse de Frente Popular virtual em real, tanto na aliança com partidos burgueses regionais como no programa."

2008 – “Minuta Eleitoral de 2008”

“3) O balanço da política da frente de esquerda em 2006.

Nas últimas eleições, depois de rico debate no interior do partido, optamos pela adoção do chamado a frente classista e socialista (que nas eleições tornou a forma de Frente de Esquerda com um programa classista e socialista) com os partidos que estavam na oposição de esquerda ao governo Lula – P-SOL e PCB evidentemente excetuando o PCO, uma seita oportunista que estamos completamente contra realizar qualquer acordo político eleitoral com eles.

Primeiro, é necessário arrancar de um balanço positivo de nossa intervenção nas eleições de 2006. Afinal mesmo depois de erros de caracterização cometidos pela direção do partido pudemos

construir uma frente eleitoral que foi muito progressiva, pois, representou uma alternativa de oposição de esquerda contra o governo da frente popular.

A votação em Heloísa Helena expressou de forma distorcida o espaço para a construção da oposição de esquerda contra o Governo Lula, o envolvimento do melhor da vanguarda na campanha e os debates que o partido protagonizou no interior da frente eleitoral, muitas vezes deixando a direção do P-SOL na defensiva, foram os pontos altos desta campanha.

A campanha eleitoral de 2006 serviu para debilitar qualitativamente o "dique" que a direção do P-SOL sempre tentou construir entre a sua base e o partido, desde a ruptura do "movimento por um novo partido". A campanha de 2006 possibilitou que a militância de base deste partido e um setor amplo da vanguarda reivindicassem fazer a campanha junto com o partido, em acordo com muitas críticas que fizemos a Heloísa Helena e a direção do P-SOL.

Reconhecer o balanço positivo que tivemos em nossa intervenção nas eleições passadas, não significa deixar de lado os erros de caracterização que tivemos neste processo. A direção nacional do partido cometeu erros importantes de caracterização na armação do partido na aplicação da política da frente de esquerda. Estes erros tinham uma origem, que foi considerar que era possível (mesmo sendo considerado pouco provável em nossos documentos) a construção de uma frente eleitoral classista e socialista com o P-SOL, um partido reformista, com uma estratégia frente-populista. Sem falar no PCB, que é ainda mais convicto na defesa de uma estratégia frente-populista nas eleições.

Com eles, na verdade, era possível construir uma frente de esquerda, que fosse uma oposição de esquerda a frente popular e que assumisse alguns pontos de nosso programa. Partidos reformistas de esquerda, como o P-SOL, podem participar de uma eleição sem a coligação formal com partidos burgueses, mas isso não significa que eles abandonem a estratégia de compor com algum setor burguês futuramente, se trata então de um processo conjuntural, portanto **isto não transforma os frentes-populistas em classistas**.

Este processo que foi bastante encoberto em 2006, começa a ficar claro em 2008, principalmente com a votação da Convenção Municipal do P-SOL de Porto Alegre, com o apoio da direção nacional deste partido, da coligação com o PV desta cidade - partido burguês e que compõe a base de sustentação do governo Lula.

Da mesma forma, existe a possibilidade, ainda não confirmada, que o P-SOL venha apoiar a candidatura de Sérgio Miranda (PDT) a Prefeitura de *Beto* Horizonte e que faça uma coligação com o PSB (Capibenbe) em Macapá.

Portanto, a "**frente popular em potencial**" que o P-SOL representava em 2006, **que já estava expresso no tipo de campanha que eles desenvolveram durante principalmente a campanha presidencial**, começa a se manifestar mais claramente para o ativismo em 2008 com a coligação com o PV em Porto Alegre e deve acontecer da mesma forma em várias Cidades importantes do país.

A construção da frente de esquerda em 2006 nos permitiu agitar nosso programa revolucionário, principalmente através de nossos candidatos, e avançar na construção do partido. Junto com nossas estratégias permanentes nas eleições, foi importante também para nos colocarmos ao lado da militância do P-SOL, polemizando com as orientações e com os discursos de Heloísa Helena durante o processo, enfim, nos deixando em melhores condições para disputar os melhores setores de sua base para o partido revolucionário.

A adoção da tática da candidatura própria, embora fosse uma opção tática, nos colocaria mais afastados do processo de disputa do melhor da vanguarda do processo de reorganização, que devido a dimensão que acabou ganhando a figura de Heloísa Helena, acabaria por seguir eleitoralmente o P-SOL.”

2012 – “Balanço das eleições de 2012”

“Tivemos uma tática eleitoral correta

Nossa vitória política e eleitoral foi devida também a uma tática eleitoral correta, com o lançamento de candidaturas próprias na maior parte do país, e a defesa de frente com o PSOL em alguns locais que nos interessavam.

Alguns companheiros entenderam que, ao termos elegido dois vereadores em cidades em que tivemos frentes eleitorais, era correto ter a mesma tática em todos os lados, ou pelo menos em cidades chaves como São Paulo, BH e Rio. Isso nos parece um erro grave.

Disputamos o espaço a esquerda com o PSOL com táticas distintas para realidades distintas. Uma coisa é disputar uma parte do grande espaço eleitoral da candidatura de Edmilson em Belém, outra é sumir apoiando uma candidatura de 1% de Gianazzi em São Paulo. Não nos acrescentava nada em termos de espaço, não havia possibilidades eleitorais e perderíamos a visibilidade da TV. Deixaríamos de aparecer com cara própria para apoiar o PSOL.

Em BH, tivemos uma campanha mais forte que a do PSOL em todos os terrenos, estando a frente nas pesquisas até a última semana, quando sua candidata apareceu nos debates de TV e nos passou. Aceitar apoiar a candidatura do PSOL (exigência deles), sem chances eleitorais, sendo eles menos que nós, seria jogar fora um patrimônio político em BH.

No Rio, lutamos pela frente, que foi recusada pelo PSOL. Vendo os resultados, caso o PSOL tivesse aceito a frente, Cyro poderia estar eleito nesse momento. Esse foi o motivo pelo qual eles recusaram a frente. Já em Natal, com a candidatura Amanda, nós elegemos dois vereadores do PSOL. Apoiar a candidatura Freixo, mesmo sem frente para proporcionais, seria um suicídio, que nos impediria de ter a vitória política que tivemos, fortalecendo a figura pública de Cyro, captando 44 militantes, filiando mais de 300 companheiros, cadastrando mais de 500 para apoiar nossa candidatura petroleira, mais de 300 com nosso candidato da juventude.

Foi correto termos candidatos próprios na maior parte do país, por disputar esse espaço a esquerda com o PSOL com cara própria. E também foi correto onde caracterizamos possibilidades eleitorais e defendemos a frente como em Belém, Natal e Rio. Ou seja, buscamos a melhor tática eleitoral que servisse a construção do partido.

É preciso destacar nesse balanço a tática de Belém, que gerou grande polêmica no partido. Em primeiro lugar, antes da vitória eleitoral, tivemos uma vitória política também em Belém. Conseguimos fazer um trabalho amplo sobre a base operária da construção civil e de bairros proletários como Terra Firme e Guamá a partir da identidade com a candidatura de Edmilson, que não teríamos com outra tática. A partir daí tivemos 42 captados (metade na construção civil), 911 filiados (mais de 600 na construção civil), mais de quatro mil cadastrados. Aproximamos setores do MST de nosso partido.

Tivemos um perfil próprio classista, e mantivemos uma polêmica constante com a candidatura de Edmilson (presença do PCdoB na frente, financiamento de campanha, programa eleitoral, apoio de Marina). E agora, no segundo turno, rompemos a frente pela aliança com o PT e PDT, mantendo o chamado ao voto crítico.